



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CAMPUS III**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**BEATRIZ MARIA DE OLIVEIRA FIRMINO**

**LEOLINDA DALTRO: VIDA E IDEIAS DA FUNDADORA DO PARTIDO  
REPUBLICANO FEMININO (BRASIL, 1910)**

**GUARABIRA**

**2024**

BEATRIZ MARIA DE OLIVEIRA FIRMINO

**LEOLINDA DALTRO: VIDA E IDEIAS DA FUNDADORA DO PARTIDO  
REPUBLICANO FEMININO (BRASIL, 1910)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em História.

**Área de concentração:** História do Brasil.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alômia Abrantes da Silva.

**GUARABIRA**

**2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F525le Firmino, Beatriz Maria de Oliveira.  
Leolinda Daltro [manuscrito] : vida e ideais da fundadora do Partido Republicano Feminino (BRASIL, 1910) / Beatriz Maria de Oliveira Firmino. - 2024.  
27 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Alômia Abrantes da Silva, Coordenação do Curso de História - CH. "

1. Leolinda Daltro. 2. Feminismo. 3. Sufrágio Brasileiro. 4. Emancipação Feminina. I. Título

21. ed. CDD 981

**LEOLINDA DALTRO: VIDA E IDEAIS DA FUNDADORA DO PARTIDO  
REPUBLICANO FEMININO (BRASIL, 1910)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à  
Coordenação do Curso de História da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção  
do título de graduada em História.

**Área de concentração:** História do Brasil.

Aprovada em: 27/06/2024.

**BANCA EXAMINADORA**



---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alômia Abrantes da Silva (Orientadora)**  
**Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)**



---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariângela de Vasconcelos Nunes**  
**Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)**



---

**Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Luiz Mário Dantas Burity**  
**Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)**

À criança que fui um dia, sei que estaria orgulhosa de onde chegou, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre me fortaleceu nos momentos mais difíceis da vida e me manteve de pé até aqui.

À minha família, em especial a minha avó Maria Dalva por todo apoio que me deu, principalmente nessa reta final.

À Valdenira Rodrigues, Eriel Cavalcante, Jamylle Gomes, José Marcos e Aniele Karine, por terem compartilhado essa jornada ao meu lado, a vida acadêmica se torna mais leve quando temos com quem dividir o peso do processo.

À Niara Ísis, Bruna Ferreira e Matheus Alves, por todo apoio durante esses 5 anos.

À minha orientadora Alômia Abrantes, por todos os ensinamentos e paciência, sua leveza e empatia me fizeram admirar ainda mais a profissional que a senhora é. Muito obrigada!

À Universidade Estadual da Paraíba, por me receber durante esses 5 anos e tornar meu sonho possível, e aos professores do departamento de História que contribuíram para a minha formação acadêmica.

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

<b>Figura 1 - Leolinda Daltro – Último retrato em 1920.</b>	<b>13</b>
<b>Figura 2 - Professora Leolinda Daltro entre seus educandos em visita ao Palácio do Catete</b>	<b>17</b>
<b>Figura 3: Registro de encontro de lideranças do PRF com o Presidente Hermes da Fonseca e de mobilizações femininas</b>	<b>21</b>

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2. BREVE PANORAMA SOBRE A VIDA DE LEOLINDA DALTRO</b>	<b>13</b>
<b>2.1 UMA PROPOSTA DE ENSINO LAICO PARA OS INDÍGENAS</b>	<b>15</b>
<b>3. DA LIGA FEMINIL AO PARTIDO REPUBLICANO FEMININO</b>	<b>17</b>
<b>3.1 PARTIDO REPUBLICANO FEMININO</b>	<b>20</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>24</b>
<b>5. REFERÊNCIAS</b>	<b>27</b>

## LEOLINDA DALTRO: VIDA E IDEAIS DA FUNDADORA DO PARTIDO REPUBLICANO FEMININO (BRASIL, 1910)

Beatriz Maria de Oliveira Firmino<sup>1</sup>

### RESUMO

Acredita-se, até os dias atuais, na ideia de que o direito ao voto feminino foi facilmente concedido através de ações voluntárias dos nossos representantes políticos. No entanto, pouco é debatido sobre os vários anos de luta para a sua conquista apenas em 1934, através da pressão feita pelas mulheres para obter autorização para o alistamento eleitoral e participar das decisões políticas do nosso país. Dessa forma, este trabalho tem por finalidade traçar um panorama geral da trajetória de uma das mais atuantes mulheres presentes nesta luta, a professora primária Leolinda de Figueiredo Daltro, abordando sua obra e a sua participação nas mobilizações em prol do sufrágio feminino no Brasil, com ênfase na fundação do Partido Republicano Feminino, o primeiro partido político no Brasil dedicado e composto apenas por mulheres, numa época em que as mulheres não tinham direitos políticos. Demonstra os caminhos traçados por esta personagem histórica, os obstáculos enfrentados, compreendendo melhor o contexto de lutas das primeiras organizações de caráter feminista no Brasil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, apoiada na perspectiva da História das Mulheres.

**Palavras-Chave:** Leolinda Daltro, Feminismo, Sufrágio brasileiro, Emancipação feminina.

### ABSTRACT

To this day, it is widely believed that the right to vote for women was easily granted through the voluntary actions of our political representatives. However, little is discussed about the many years of struggle to achieve this right in 1934, through the pressure exerted by women to obtain authorization to vote and participate in our country's political decisions. The aim of this paper is to provide an overview of the career of one of the most active women in this struggle, elementary school teacher Leolinda de Figueiredo Daltro, looking at her work and her participation in the mobilizations for women's suffrage in Brazil, with an emphasis on the founding of the Republican Women's Party, the first political party in Brazil dedicated to and made up only of women, at a time when women had no political rights. It shows the paths traced by this historical figure, the obstacles she faced and a better understanding of the context of the struggles of the first feminist organizations in Brazil. This is bibliographical and documentary research, based on the perspective of Women's History.

**Keywords:** Leolinda Daltro, Feminism, Brazilian suffrage, Women's emancipation.

## 1. INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 2024 a conquista do voto feminino no Brasil completou noventa e dois anos. No entanto, pouco se comenta sobre essa importante vitória para as mulheres brasileiras. Muitos ainda acreditam, inclusive, que esse direito foi facilmente concedido, apagando completamente os vários anos de luta e resistência que antecederam esse grande avanço no cenário político brasileiro.

Diante desse quadro, pretende-se aqui ressaltar o papel da figura de Leolinda de Figueiredo Daltro, uma das pioneiras na luta por direitos das mulheres no Brasil. É fundamental manter viva as trajetórias de mulheres que se dedicaram à luta pelo seu lugar na sociedade, garantindo que essas personalidades femininas não sejam apagadas da história contemporânea.

Leolinda de Figueiredo Daltro foi uma professora baiana, feminista e indigenista, que liderou articulações políticas em uma época de pouquíssima autonomia feminina. Sua iniciativa em 1910 é um marco, uma vez que, fica registrado como a primeira manifestação feminina coletiva, numa sociedade marcada pelo protagonismo direcionado ao patriarcado. Daltro, que desde cedo manteve uma participação ativa na sociedade, percebeu através da política, especificamente no poder legislativo, um caminho para conquistar a autonomia feminina.

Autora de dois livros que narram sua trajetória como indigenista e precursora do feminismo no nosso país, seu primeiro livro é lançado tardiamente em 1920 e carrega o título *Da catechese dos índios no Brasil* em virtude a sua trajetória pelos sertões de Goiás, onde a autora narra detalhadamente seus cinco anos na missão de catequizar os indígenas. Sua segunda obra carrega o título *O início do feminismo no Brasil - Subsídios para a história*, que corresponde ao início do movimento feminista no Brasil, lançado em 1918.

Ao buscar informações sobre a luta feminina pelo voto, nota-se como o legado de Leolinda Daltro foi apagado historicamente em comparação a outros nomes femininos que também estiveram à frente do movimento sufragista brasileiro. O que elucida a seguinte questão: Por que se sabe pouco sobre uma personagem tão

importante e relevante para a história da luta das mulheres pelo direito de votar e de participar das decisões políticas?

Diante do exposto, o estudo tem por objetivo levantar aspectos da vida de Leolinda Daltro, explorar sua trajetória de luta e o seu legado, com ênfase na sua atuação na fundação do primeiro partido político exclusivamente para mulheres no Brasil. Pretende-se compreender como sua atuação impactou a sociedade da época, em um contexto em que a participação feminina na política era rigorosamente limitada.

As mulheres, embora historicamente desvinculadas das narrativas dos chamados grandes acontecimentos históricos, em uma perspectiva mais conservadora, a partir do século XIX passam a provocar deslocamentos importantes, como uma maior presença em atividades e mobilizações públicas. Buscando seu espaço, utilizavam aquilo que era possível, enxergando oportunidades de subverter os papéis.

Embora elas estivessem restritas a determinados espaços do mundo público, econômico e político, torna-se mais evidente a presença feminina nesses meios, uma vez que muitas delas encontram formas para estarem inseridas nos meios públicos, inclusive através da imprensa. A exemplo disso, teremos as mulheres paraibanas ainda no século XIX, que através do jornal O Publicador (um dos principais periódicos da época – 1862-1886), buscavam meios para utilizar desta ferramenta maneiras de conquistar seu espaço, como afirma Ladislau:

“No que se refere ao contexto das publicações, mesmo sendo um espaço em que o ponto de vista da figura masculina ganhava mais destaque, inclusive, quando expressavam representações delas, as mulheres encontravam brechas para publicarem matérias dos mais variados gêneros, noticiários, anúncios e correspondências. Assim, estavam, sobretudo, alcançando visibilidade nessa sociedade” (Ladislau, 2022, p. 16).

No campo da História, compreender como se deu o silenciamento histórico das mulheres só é possível devido ao que posso chamar de “teimosia” das mulheres em permanecer lutando pelo seu espaço, e isso nos possibilita entender gradualmente o quanto é presente e recorrente esse esquecimento proposital quando se trata da figura feminina. Lerner (2019), de uma forma sucinta, descreve bem essa exclusão sofrida pela mulher na historiografia: “A questão é que homens e mulheres sofreram exclusão e descriminalização por razões de classes. Mas

nenhum homem foi excluído do registro histórico por causa de seu sexo, embora todas as mulheres o tenham sido” (Lerner, 2019, p. 29).

Para além do que Lerner explicita sobre a misoginia que as mulheres enfrentam ao longo dos séculos, Perrot (2005, p.33) também expressa bem essa questão ao refletir a dificuldade em presenciar mulheres protagonistas na história quando diz que “no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra. A narrativa histórica tradicional lhes dá pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública - a política, a guerra - onde elas aparecem pouco.” No entanto, elas sempre estiveram lá, foram e são agentes na construção dos maiores e menores eventos históricos da sociedade como um todo.

Diante do exposto, para alcançar o objetivo deste artigo, baseio-me em uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental que tem como norte teórico a história das mulheres. De antemão, serão apresentados aspectos da vida de Leolinda Daltro, antes da formalização do movimento feminista no país. É evidente que o contexto social que Leolinda Daltro viveu a impulsionou a abraçar as causas femininas.

Portanto, para chegar no objetivo geral da pesquisa, pretendo fazer um panorama geral do que a levou abrir mão da sua vida razoavelmente tranquila como professora primária para lutar pela emancipação feminina, através da fundação da Junta Feminil Pró Hermes-Wenceslau, que surge nas eleições presidenciais de 1909 apoiando a chapa do candidato Hermes da Fonseca contra Rui Barbosa. Que após passada as eleições, é rebatizada como Partido Republicano Feminino, dando início aos primeiros passos de sua participação nos movimentos sufragistas do nosso país.

Dentre as principais referências historiográficas nas quais me apoio estão Michelle Perrot (2005), Gerda Lerner (2019), Céli Pinto (2003), Elaine Rocha (2021), Mônica Karawejczyk (2014), pretendendo utilizar também obras/arquivos pessoais da própria Leolinda, a fim de compreender e apresentar uma visão mais respaldada sobre sua vida, o contexto onde estava inserida e seu legado deixado, entre outros autores.

## 2. BREVE PANORAMA SOBRE A VIDA DE LEOLINDA DALTRO

**Figura 1** - Leolinda Daltro – Último retrato em 1920.



**Fonte:** Daltro, 1920

Nascida em 14 de Julho de 1859 em Nagé, pequeno povoado do recôncavo baiano, sabe-se muito pouco sobre os anos iniciais da vida de Leolinda de Figueiredo Daltro. Órfã de mãe, Alexandrina Tupinambá de Figueiredo faleceu quando Leolinda era ainda criança, levando-a a crescer sob os cuidados da avó. Seu pai, Luiz Antônio de Figueiredo serviu o Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai, ao que consta em pesquisas realizadas sobre seus dados pessoais. Sua volta para casa após o confronto fez com que ganhasse um título de capitão e os privilégios que lhe permitiram investir na educação de Leolinda:

“Muitos soldados enviaram cartas ao governador da província, já a caminho do palco da guerra, solicitando amparo educacional para seus filhos, numa atitude que induz a pensar na troca de informações entre as fileiras, fazendo com que aqueles que haviam partido sem garantia de amparo e educação para seus viessem a reivindicá-la mais tarde”. (Rocha, 2016, p.35)

Durante a sua vida, Leolinda Daltro passou por dois relacionamentos amorosos, sendo o seu primeiro casamento por volta de 1875 com Gustavo Pereira de Figueiredo, que ao que indica, seria seu primo. Deste casamento vieram seus dois primeiros filhos: Alfredo de Figueiredo e Alcina de Figueiredo. Leolinda teve mais quatro filhos do seu segundo casamento com o Apollonio de Castilho Daltro, sendo eles: Áurea (que futuramente terá destaque na discussão sobre a construção

do Partido Republicano Feminino), Oscar e Leobino, sabe-se pouco sobre seu quarto filho em virtude de seu falecimento ainda bebê.

Em busca de melhorias para si e para sua família, em 1880 Leolinda mudou-se para o Rio de Janeiro com sua família e deu início à sua vida docente como professora da rede pública. Elaine Rocha (2021, p.12) ressalta que “datam desse período os primeiros indícios da vida pública da professora, envolvida em celebrações cívicas com seus alunos.” Consta que, em virtude de sua formação em uma escola religiosa, visava proporcionar para suas alunas um ensino que as formassem para além da função maternal e conjugal.

O modelo educacional da época não permitia às mulheres acesso às disciplinas como geometria analítica e cálculo (referentes às chamadas ciências exatas), devido a serem consideradas avançadas para as mulheres, conseqüentemente, o que era passado para as meninas ficavam abaixo do currículo oferecido aos meninos. Com isso, Leolinda tinha não só o interesse, mas a preocupação de oferecer para as educandas uma formação na área profissional a fim de prepará-las para uma vida onde elas pudessem extrair dos ensinamentos adquiridos na escola meios para ter uma renda própria, retirada da própria profissão, se preciso.

A dedicação de Leolinda em prol da educação, entretanto, não se limitava ao público feminino, a professora também abraçou o que Rocha (2016) chama de “inovação na educação”, que era a formação profissionalizante para aqueles que não podiam estudar durante o dia devido trabalho.

“Pelo meu grande amor à instrução, mantive um curso noturno gratuito, no edifício do Matadouro de Santa Cruz, durante todo tempo em que lá estive. Esse meu ato foi motivado pela piedade que eu tinha das crianças, impedidas de frequentar as aulas diurnas por terem de ajudar os pais no serviço do Matadouro.” (Daltro *apud* Rocha, 2021 p. 30)

Após a visita da princesa imperial e do seu marido, Leolinda que considerava seu modelo educacional inovador por incluir uma formação para o mercado de trabalho e aulas de ginástica, passou a ser destaque ainda no início da República, quando os jornais do Rio de Janeiro começaram a publicar sobre seu nome em virtude da sua atuação na educação, assuntos políticos e posicionamentos em defesa dos povos indígenas, questão que será abordada mais adiante.

## 2.1 UMA PROPOSTA DE ENSINO LAICO PARA OS INDÍGENAS

Vindo de resultados positivos e reconhecimento público de sua atuação na educação, em 1896, Leolinda Daltro toma conhecimento através do jornal *O Paiz*, que um grupo de indígenas recém chegados de Goiás buscavam apoio do Governo. No entendimento de Rocha (2016), o grupo de cherentes<sup>1</sup> liderado pelo capitão da tribo, Sepé, reivindicava tecidos para vestuários, sementes, ferramentas para trabalho e o envio de alguém para iniciar um projeto educacional na aldeia.

Ao que consta em seus registros pessoais, Leolinda de Figueiredo Daltro em seu livro “Da catechese dos índios no Brasil – Notícias e documentos para a história”, narra a missão que levou o líder indígena Sepé e mais quatro companheiros em busca de recursos para seu povo não ocorreu conforme desejado.

O grupo indígena ficou instalado sobre más condições em uma cela de penitenciária, logo tornou-se notícia pela cidade. Diante dessa situação, a professora inicia seu envolvimento a favor da luta indigenista partindo para o sertão de Goiás, junto aos indígenas com a finalidade de ajudá-los fundando uma escola. Através do seu livro *Da catechese dos índios no Brasil*, a professora registrou as diversas opiniões sobre a decisão de partir para os sertões, incluindo os periódicos da época, como o jornal carioca *D’ O Paz*, que chegou a publicar:

“Missionaria que já era como mestra das nossas creanças, a professora Leolinda Daltro quiz tomar aos hombros esta outra missão mais difficil, ainda mais meritoria—a de ir ás distantes margens do Tocantins ensinar creanças e adultos. Firme e resoluto, D. Leolinda não quiz attender as judiciosas considerações que pessoas amigas lhe fizeram, a exposição conscienciosa dos perigos e dos tropeços incalculaveis de semelhante empreza. A corajosa senhora offereceu ao Governo os seus serviços para a civilisação dos cherentes da Providencia, mediante a collocação de seus dois filhos menores, no Collegio Militar, a conservação de seu logar de professora nesta capital e pagamento dos vencimentos a que sua cadeira dá direito.” (Jornal D’O Paz, 1896 apud Daltro, 1920, p. 10)

Para Rocha (2013) Daltro pretendia fundar uma escola com os mesmos ideais do estado positivista e laico que já costumava fazer na escola em que trabalhava no Rio de Janeiro, com o principal objetivo de formar na aldeia cidadãos

---

<sup>1</sup> Os cherentes eram ex-selvagens que sobreviviam da agricultura, sua tribo estava localizada à margem do rio Tocantins, no sertão brasileiro.

brasileiros e trabalhadores. Todavia, seu projeto não teve apoio do governo pela justificativa de não ter fundos para custear a proposta feita pela professora e por ser mulher, palavras ditas pelo próprio Presidente Prudente de Moraes. Embora a falta de apoio governamental e as críticas, inclusive, do seu próprio marido que sentiu-se desrespeitado com sua ideia de viajar pelo sertão e acabou deixando-a, seu projeto foi abraçado por diversas pessoas com influência entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a fim de ajudar nas arrecadações de fundos e doações de material, livros e etc, para que fosse possível manter o projeto.

Além do mais, a exemplo disso também teremos a colaboração de Quintino Bocaiúva (padrinho de sua filha mais nova) que detinha contatos importantes que a favoreceram em sua viagem aos sertões de Goiás, acompanhada pelo seu filho mais velho Alfredo Napoleão de Figueiredo, Ezequiel Joaquim Pereira (um amigo da família) e o grupo de indígenas cherentes.

Leolinda percorreu o sertão goianense pesquisando, estudando e doutrinando indígenas. No entanto, encontrou também muitos desafios e sofrimento, a exemplo disso foi a falta de segurança que a fez temer pela própria vida, após receber diversas acusações de inimigos que discordavam das ações da professora, em um de seus arquivos pessoais, ao prestar homenagem a alguns colegas, ela evidencia o perigo enfrentado:

“De alma genuflexa, relembro aqui os nomes de tres heroicos defensores a cuja acção protectora, além da dedicação dos indios meus companheiros e amigos, devo a salvação da minha existencia, ameaçada a cada passo de ser enleada nos tramas insidiosos de inimigos solertes e implacaveis.”  
(Daltro, 1920, p. 13)

Após cinco anos na ausência de sua casa, em 1900, Leolinda volta para o Rio de Janeiro na expectativa de ganhar uma nomeação oficial e conseguir mais recursos para seguir com seu projeto, que mesmo diante de provas que a qualifica para um cargo público como “diretora dos índios” não obteve tal nomeação e nem permissão para participar de congressos. Entretanto, manteve-se ativa na luta em defesa dos indígenas, onde um estudo realizado por Rocha (2021) relata que entre 1900 e 1910, a professora esteve ainda mais engajada em prol dos direitos dos indígenas, inclusive, tinha sua própria comitativa, participando de inúmeros debates, protestos públicos e palestras sobre seu projeto. Ainda em 1900, a professora

Leolinda Daltro acompanhada por seus educandos faz uma visita ao Palácio do Catete com o propósito de obter seu título de civilizadora dos indígenas.

**Figura 2** - Professora Leolinda Daltro entre seus educandos em visita ao Palácio do Catete



**Fonte:** Daltro, 1920

O desejo por um título que a reconhecesse como missionária fez Leolinda enfrentar diversos obstáculos e polêmicas que chegou a influenciar a criação do Instituto de Proteção aos Indígenas Brasileiros como parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e uma fundação própria de uma Associação de Auxílio aos Selvícolas do Brasil. Apesar de seus esforços serem vistos (não foi dado mérito ao trabalho desenvolvido), a professora permaneceu sem uma nomeação oficial e resolveu seguir uma outra estratégia para almejar o cargo político, aliando-se ao candidato à presidência Hermes da Fonseca em 1909.

### 3. DA LIGA FEMINIL AO PARTIDO REPUBLICANO FEMININO

Diante às inúmeras frustrações com a falta de seu reconhecimento, a professora Leolinda Daltro estava certa de que a razão para não receber um cargo político dava-se pela condição do seu sexo. Ela havia provado possuir um vasto conhecimento para assumir qualquer posição política, a questão já não era sobre ter ou não competência, mas sobre ter uma mulher assumindo uma posição de poder num sistema patriarcal que, há décadas, manteve a figura feminina distante dos meios políticos, assegurando a ideia de que o ambiente político estava destinado apenas aos homens, enquanto as mulheres ficavam destinadas aos lares. Como coloca Gerda Lerner, “elas não apenas vêm sendo privadas de educação ao longo da história em toda sociedade conhecida, mas também excluída da formação de teorias” (Lerner, 2019, p. 30). E disso, Daltro entendia bem.

A disputa presidencial de 1909 entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca teve sua importância para os primeiros movimentos feministas da época, “o período de eleições se apresentou como um espaço de redefinições da sociedade brasileira também para as mulheres” (Pereira, 2022, p.121) destaca-se a partir deste ano o surgimento de articulações femininas lideradas por Daltro no Brasil, que diante desse cenário já estava refazendo a rota de suas estratégias para conquistar seus interesses pessoais e coletivos.

Com a morte do presidente da república Afonso Pena (1906-1909), a disputa para a sucessão presidencial se precipitou, devido a urgência para apresentarem à sociedade brasileira nomes de candidatos à disposição para a disputa. Segundo Vera Lúcia Borges, “vários nomes foram cogitados até que se apresentassem as duas candidaturas à presidência da República que se enfrentaram na disputa” (Borges, 2010, p. 1). De um lado, o militar Hermes da Fonseca, escolhido pela convenção de Maio, do outro lado, o civil Rui Barbosa, escolhido através da convenção de Agosto.

Por conseguinte, a Junta Feminil Pró-Hermes-Wenceslau surge como um primeiro passo em busca da independência feminina e para angariar votos para a chapa de Hermes da Fonseca. Todavia, podemos nos perguntar: o que levou mulheres a unirem-se em prol de uma candidatura à presidência? A resposta é

simples, podemos entender isso como uma moeda de troca. As mulheres conseguiriam convencer dentro dos seus relacionamentos afetivos ou familiares (maridos, pais, irmãos, amigos) votos para o candidato à presidência e este ganhando, poderia retribuir em apoio às mulheres, para conseguirem seus direitos políticos, e até mesmo o de assumir cargos públicos, que era o desejo de Leolinda desde o início. A priori, por se tratar de uma época onde a autonomia feminina era praticamente inexistente, a ideia da professora se configurava como um posicionamento ousado, Teresa Marques (2004) também compartilha da mesma ideia ao expressar:

“As iniciativas de Leolinda Daltro, por sua vez, representam a linguagem do confronto aberto e permanente, da invasão dos espaços públicos dominados por homens e pela exposição física das simpatizantes à reação do público.”  
(Marques, 2004, p. 166)

No dia vinte e três de dezembro de 1909 aconteceu a primeira assembleia feminina liderada por Leolinda Daltro, na ocasião, a mesma era responsável por presidir a sessão e tinha Áurea Castilho Daltro e a professora Ermelinda Fonseca da Cunha e Silva secretariando. Leolinda Daltro sentia a necessidade de expor suas ideias e projetos, e para isso, sabia que precisava formar uma união com outras mulheres, a fim de estabelecer uma base sólida que resistisse ao sistema patriarcal que estavam inseridas, que além de inferiorizá-las, impediam que votassem e fossem votadas.

Estavam presentes na sessão suas duas filhas, Áurea Castilho Daltro (já mencionada anteriormente), Alcina de Siqueira Amazonas, Maria Antonietta Malinconico de Figueiredo (esposa de seu filho Alfredo Napoleão de Figueiredo) e mais 22 senhoras. Embora certa de suas intenções, Leolinda Daltro não deixou de lamentar o pouco interesse das mulheres brasileiras pela questão feminista, ao não atenderem seu apelo e comparecerem na sessão, pois para ela se fazia necessário despertar nas outras senhoras o desejo de uma emancipação feminina.

“Convenci-me, tanto mais, da possibilidade da realização dessa ideia, quando, a cada instante, nos chegamos do Velho Mundo notícias do trabalho intenso de propaganda feminista das mulheres inglesas e norueguesas, sendo igualmente registradas significativas vitórias do feminismo na América do Norte. Adquiri a convicção profunda de que, um dia, estabelecida entre nós a coesão suficiente, haveríamos de conseguir

também a nossa emancipação, provando, por atos e fatos, a nossa capacidade moral, intelectual e política!” (Daltro *apud* Rocha, 2021 p.47)

É importante ressaltar que, uma das coisas que a professora faz questão em deixar claro, é que a Junta Feminil Pró-Hermes-Wenceslau tinha por objetivo lutar pelos seus ideais de emancipação. Sendo assim, as senhoras presentes na assembleia do dia 23 de dezembro de 1909, fizeram uma votação entre si, visto que havia opiniões contrárias a respeito de associar ou não o clube feminino à manifestações políticas e fica aprovado as seguintes propostas: Nome temporário “Junta Feminil Pró-Hermes-Wenceslau, proposta de Áurea Daltro; Lançamento de um manifesto a favor dos candidatos da convenção de Maio, proposta de Maria Charlotta Vaz de Albuquerque e por último, a proposta da Sra. Ida Soares, em distribuírem listas, a fim de pedir adesão em favor da associação.

Fica registrado esta data como o início das atividades do clube, sendo as senhoras, convocadas por Leolinda para no dia seguinte reunirem-se para tratar da aprovação da ata da presente sessão. A professora esteve ativa em toda campanha presidencial, levando o nome da Junta a outros lugares e conquistando a adesão de outras mulheres. O jornal A Imprensa chegou a publicar: “Tem sido incansável a professora sra. d. Leolinda de Figueiredo Daltro, presidente da junta feminil pro Hermes-Wenceslao, na propaganda das candidaturas da conversão de maio”. (Jornal A Imprensa, 1910, p. 6)

As eleições ocorreram ainda em 1910, resultando em Hermes da Fonseca eleito presidente da república. No entanto, mesmo com a criação do “Serviço de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais”, não teremos Leolinda assumindo o cargo almejado. A professora manteve seu apoio ao presidente Hermes da Fonseca e no mesmo ano, conforme ficou combinado na primeira assembleia, a Junta Feminil Hermes-Wenceslau transformou-se no Partido Republicano Feminino.

### **3.1 PARTIDO REPUBLICANO FEMININO**

Diante do contexto apresentado, o Partido Republicano Feminino surge, como proposto por Áurea Daltro, ainda em 1910. Leolinda de Figueiredo Daltro e suas colaboradoras, incluindo a poetisa Gilka Machado, também fundadora do Partido, e conhecida por sua literatura transgressiva, passaram a reivindicar

abertamente o direito ao voto, pois viam nele a oportunidade de terem suas vidas modificadas socialmente; no dizer do jornal *A Noite* :“formou-se um batalhão feminino que comparecia a todas as solenidades cívicas e intervinha em todos episódios culminantes desse tempo” (A Noite, 03 ago. 1934, capa).

A frente feminista, liderada por Leolinda e por Gilka, buscava através de seus esforços convencer os parlamentares a tratar dos assuntos reivindicados por elas com seriedade, tinham a intenção de influenciá-los a uma possível alteração na lei que inibia a participação feminina na política. No Diário Oficial de 17 de dezembro de 1910 consta o Regimento do Partido Republicano Feminino, dos quais Pinto (2003, p.19) destaca os seguintes ideais:

“2º Pugnar pela emancipação da mulher brasileira, despertando-lhe o sentimento de independência e de solidariedade patriótica, exaltando-a pela coragem, pelo talento e pelo trabalho, diante da civilização e do progresso do século. [...]

4º Pugnar para que sejam consideradas extensivas à mulher as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos do Brasil, desse modo incorporando-a na sociedade brasileira. [...]

7º Combater, pela tribuna e pela imprensa, a bem do saneamento social, procurando, no Brasil, extinguir toda e qualquer exploração relativa ao sexo.”

Nessa perspectiva, Pinto (2003, p.18) ressalta que o estatuto do Partido Republicano Feminino dava voz às ideias das mulheres que estavam à frente do partido, uma vez que estas, “não defendiam apenas o direito do voto, mas falavam de emancipação e independência. Atribuía à mulher qualidade para exercer a cidadania no mundo da política (o patriotismo) e no trabalho”.

**Figura 3:** Registro de encontro de lideranças do PRF com o Presidente Hermes da Fonseca e de mobilizações femininas



**Fonte:** Revista da Semana, RJ, 30/09/2011<sup>2</sup>

Importante pensar no teor dessas ideias e objetivos em um momento em que ainda eram aliadas de qualquer direito político. Ao mesmo tempo que teremos Teresa Marques (2004, p. 150) nos fazendo refletir sobre como na sociedade brasileira fica marcada a desigualdade no tratamento entre os sexos “sempre no sentido de reduzir a mulher à condição de inferioridade na ordem patriarcal”, Mônica Karawejczyk (2014) nos fará pensar sobre o Brasil ser um dos primeiros países a debater a concessão do voto feminino na América Latina. Como podemos entender estas duas afirmações que parecem contraditórias, mas que são relativas à mesma sociedade e mesma época?

Com base nas considerações da historiadora Gerda Lerner, (2019, p.28) “assim como os homens, as mulheres são e sempre foram sujeitos e agentes da história” e, ao analisar a fundação do Partido Republicano Feminino, podemos

<sup>2</sup> Extraído de

<http://lhs.unb.br/bertha/wp-content/uploads/2014/04/Revista-da-Semana-30-set-1911.jpg>

compreender quão relutante foram as mulheres brasileiras, para comprovar tal afirmação posso citar, além das discussões que surgem ainda em 1891 após o Artigo 70 da Constituição mencionar que, “são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei”, causando nas militantes ânimo ao encontrar no Artigo brechas que poderiam dar o acesso a participarem das decisões políticas (embora não tenha acontecido), visto que no próprio texto final do Artigo não transparece o exclusivismo da figura masculina igual aconteceu em outros países que deixaram claro a exclusão da mulher.

E, a própria criação de um partido político composto apenas por mulheres numa época onde elas não tinham direitos políticos, que trouxe inclusive, a volta do sufrágio feminino em pauta para debates na sociedade brasileira. A exemplo disso, são as menções feitas à Leolinda e ao sufrágio brasileiro no carnaval de rua no Rio de Janeiro que, embora tratassem o assunto com desdém em suas “homenagens”, nos faz entender que a temática estava presente entre os assuntos comentados socialmente, além de comparações feitas nos periódicos entre as sufragistas brasileiras e as sufragistas de outros países. Leolinda Daltro chegou a lançar no Rio de Janeiro um jornal, *A política*, com a finalidade de compartilhar seus ideais e divulgar o Partido Republicano Feminino, enquanto na “imprensa masculina” as primeiras manifestações contra o sufrágio feminino surgiam nas matérias diárias nos periódicos. Segundo a historiadora Mônica Karawejczyk:

“Os periódicos brasileiros deram ampla publicidade ao movimento das suffragettes, quase sempre acentuando que este não era um exemplo a ser seguido pelas brasileiras. Eram publicadas manchetes nos jornais da capital federal com advertências como: “As suffragettes precipitam os seus meios de ação”, seguida pela admoestação “Vejam o que se passa na Inglaterra e tratem de evitá-lo” (Karawejczyk, 2014, p.74).

De certa forma, as comparações feitas com as sufragistas inglesas, por exemplo, não soavam positivamente para o Partido Republicano Feminino, uma vez que para a imprensa brasileira as sufragistas inglesas não eram bem vistas devido ao seu radicalismo. A professora Leolinda chegou a ser comparada e denominada “Mrs. Pankhurst brasileira” em referência à líder *suffragette* inglesa Emmeline Pankhurst, que em 1913 foi matéria no jornal *A Noite* por atos de vandalismo, “As sufragistas conspiram – ellas queriam largar bombas nos ministerios” (A noite, 1913, p.3).

Teremos em 1916 dois acontecimentos voltados aos interesses do PRF, o primeiro acontece em virtude a uma emenda do deputado Maurício de Lacerda em defesa do voto feminino, que apresentou para câmara uma proposta para acrescentar às mulheres brasileiras no alistamento eleitoral, e sendo o segundo o requerimento feito pela professora Leolinda Daltro em busca de seu registro eleitoral, ambos foram rejeitados. O que ocasionou no descontentamento das militantes do Partido Republicano Feminino, levando-as para repudiar as rejeições da câmara nas ruas do Rio de Janeiro.

A trajetória de Daltro na liderança do Partido Republicano Feminino não se resumiu na luta pelo voto, a professora ampliou os interesses do Partido Republicano Feminino e dedicou-se a diversos outros temas sociais, entre esses, a Primeira Guerra Mundial e a Gripe Espanhola. Em 1917 foi responsável por criar um batalhão exclusivo para mulheres durante a Primeira Guerra Mundial, a professora e seu grupo apoiavam a participação brasileira na Guerra e se dispuseram a fazer treinamentos. Segundo Elaine Rocha,

“As alunas usavam uniforme militar e faziam treinamento em praças públicas do Rio de Janeiro, com espingardas e espadas. Tomando como exemplo o que vinha acontecendo na Inglaterra, a professora propunha que as mulheres recebessem instrução militar para defender as cidades enquanto os homens estivessem nos campos de batalha” (Rocha, 2021, p.58).

Considerada precursora do feminismo pátrio pelos próprios filhos, aos 61 anos de idade Leolinda seguiu com força para persistir em busca do direito do voto feminino. Permaneceu na década de 1920 à frente do Partido Republicano Feminino, e na companhia de outras militantes promoveram um ato inesperado pelos parlamentares no Senado, acompanhavam a votação de uma Lei que permitiria à mulher votar. As senhoras presentes na sessão surpreenderam o Senador responsável pelo projeto com pétalas de rosas.

Daltro teve seu nome ridicularizado devido aos atos que envolvia seus posicionamentos à frente do partido, em 1931 concedeu uma entrevista ao periódico A Batalha, a professora cita as dificuldades que enfrentou e enfrenta durante esse percurso, “fui combatida, vilipendiada, ridicularizada porque, simplesmente, só porque me bati por uma aspiração ainda deslocada no tempo em que levantei o estandarte do feminismo no Brasil” (Jornal A batalha, 1931, p.1).

Com a conquista do voto feminino em 1934 a professora tentou pela última vez eleger-se para uma vaga na Assembleia Constituinte, no entanto, não obteve sucesso. Daltro desejava acima dos seus próprios interesses, que o Partido Republicano Feminino fosse reconhecido pela resistência que teve em mais de duas décadas. Todavia, a professora acabou sendo vítima de um atropelamento e morrendo no ano seguinte.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

“[...] é uma derrota do feminismo permitir que as novas gerações desconheçam a história das conquistas femininas, os nomes das pioneiras, a luta das mulheres de antigamente que, de peito aberto, denunciaram a discriminação, por acreditarem que, apesar de tudo, era possível um relacionamento justo entre os sexos” (Duarte, 2003, p. 152).

Apoiando-me no pensamento de Constância Lima Duarte, inicio às considerações finais desta pesquisa que buscou explorar as lutas e conquistas de uma mulher que invadiu o espaço masculino numa época em que os homens tentavam a isolar, com um pensamento que talvez contradiz um pouco o objetivo da pesquisa. No entanto, para entender o porquê lemos e sabemos tão pouco de uma figura importante para a conquista do voto feminino, foi preciso compreender que parte do silenciamento de diversas figuras importantes para a história da mulher se dá devido ao apagamento historiográfico que ocorre quando a figura feminina rompe com o comportamento estipulado pela sociedade.

No entendimento de Michelle Perrot (2005, p. 198), a mulher era na maior parte da história observada e descrita pelo homem, que por muito tempo consideravam-se seus porta-vozes. Trazendo essa reflexão para a atualidade, parte disso continua acontecendo uma vez que, cria-se um tabu em volta ao movimento feminista que por décadas, foi e continua sendo fonte de resistência e de conquistas para as mulheres. E parte desse pensamento que demoniza as mulheres à frente de seus tempos ocorreu com a trajetória da professora Leolinda Daltro. Como podemos entender, por exemplo, a diferença de tratamento entre a professora Leolinda Daltro e Bertha Lutz?

Os principais nomes que surgem no movimento sufragista, porém, que percorrem por caminhos diferentes. Bertha Lutz surge um tempo depois de Leolinda Daltro, e tem sua relevância para o movimento feminista. Contudo, ao se tratar da emancipação feminina, seu nome se sobressai ao da professora Leolinda ao ponto de ser esquecida. Teria a estratégia de Lutz em seguir um caminho diferente de Daltro e não se associar as sufragistas inglesas haver? De acordo com Mônica Karawejczyk (2013), diferente de Leolinda Daltro, Bertha Lutz optou por um posicionamento mais comportado. Posicionava-se a favor da emancipação feminina, entretanto, defendia também que isso acontecesse de modo que não prejudicasse em seus deveres enquanto mães e donas de casa.

Em contrapartida, teremos o feminismo de Leolinda Daltro, que diferente de Bertha Lutz rompeu todas as regras estabelecidas pela sociedade da época de uma forma mais “agressiva”, muitas vezes viu suas ideias serem zombadas, ridicularizadas e diminuída, em razão de ser uma mulher propondo do catequizar indígenas a fundar um partido político e exigir participação na política.

Ao decorrer da presente pesquisa foi possível ir ao encontro com as diversas lutas enfrentadas por Leolinda de Figueiredo Daltro no decorrer de toda sua trajetória que, em virtude dos fatos mencionados, reconhecer sua importância nesse primeiro momento dos movimentos feministas no nosso país é, acima de tudo, reconhecer que se hoje escrevo esta pesquisa para a conclusão de um curso acadêmico, é porque mulheres como Leolinda Daltro percorreram décadas para que todas as mulheres pudessem usufruir do acesso à educação, de ter autonomia de escolher a profissão que desejar e o direito votar e ser votada.

O papel da professora Daltro deve ganhar destaque não apenas na luta sufragista, mas por toda sua trajetória e tudo que se propôs a fazer. Sua dedicação à educação para mulheres, a empatia ao abraçar as causas indígenas sem nenhum benefício próprio e o seu desejo em conquistar a autonomia das mulheres. Ao iniciar a pesquisa, o principal objetivo era compreender o porquê sabemos tão pouco de uma figura que representa uma das maiores resistências no sufrágio feminino brasileiro, no entanto, percebe-se o quanto as lutas se cruzam na medida em que na história das mulheres, todas estão interligadas.

Ainda quando “apenas” professora primária, Daltro demonstrava a preocupação em formar mulheres independentes, com um programa educacional “inovador” considerado pela própria professora, e que tornou-se destaque ao receber o reconhecimento por parte do governo imperial. A sua militância política acontece quando Leolinda Daltro entende que o que impedia o seu projeto de catequização laica para os indígenas ser concretizado era a sua condição biológica. Ou seja, no andamento da pesquisa fui percebendo o quanto uma luta leva a outra luta, assim como a trajetória da professora primária marca o início do movimento feminista no Brasil até mesmo antes de autodeclarar-se precursora do feminismo.

## 5. REFERÊNCIAS

- A NOITE, Rio de Janeiro, 03 de maio 1913. Disponível em:  
<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 16 de jun, 2024.
- A IMPRENSA, Rio de Janeiro, 24 de jan. 1910. Disponível em:  
<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 8 de jun, 2024.
- A BATALHA, Rio de Janeiro, 12 de abr. 1931. Disponível em:  
<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 16 de jun, 2024.
- O PAIZ, Rio de Janeiro, 4 de fev, 1905. Disponível em:  
<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 8 de jun, 2024
- BORGES V. L. **A campanha presidencial de 1909-1910 na correspondência de Rui Barbosa e de Hermes da Fonseca.** Seminário Cultura e Política na Primeira República: Campanha Civilista na Bahia, 2010.
- DALTRO F. L. **Da catechese dos indios no Brasil:(noticias e documentos para a historia) 1896-1911.** Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1920.
- DALTRO L. F., 1859-1935.**O início do feminismo no Brasil** [recurso eletrônico] : subsídios para história /Leolinda Daltro ; introdução, notas e posfácio de Elaine Pereira Rocha. -- Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021.
- DUARTE C. L. **Feminismo e literatura no Brasil.** Estudos avançados, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.
- KARAWAJCZYK, M. As filhas de Eva querem votar”: a luta em prol do sufrágio feminino no Brasil. Anais do **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 2013
- KARAWAJCZYK, M. **Suffragettes nos trópicos?! A primeira fase do movimento sufragista no Brasil. Locus: revista de história**, v. 20, n. 1, p. 327-346, 2014.
- KARAWAJCZYK, M. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 40, n. 1, p. 64-84, 2014.
- LERNER G., 1920-2013. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelo homens** / Gerda Lerner, tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix , 2019.
- LADISLAU A. S. et al. Vitrine de papel: as mulheres no periódico paraibano O Publicador (1864-1869). **Programa de Pós-Graduação em História (Dissertação-mestrado)** 2022.

MARQUES, T. C. N. Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932. **Revista Gênero**, v. 4, n. 2, p. 149-169, 2004.

PINTO, Céli, Regina, Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. / Céli Regina Jardim Pinto. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção História do Povo Brasileiro).

PEREIRA B. C. Masculinidades em disputa: militares e bacharéis no processo eleitoral de 1909-1910. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História (Dissertação - Mestrado) 2022**.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história** / Michelle Perrot: tradução Viviane Ribeiro. – Bauru, SP: EDUSC, 2005. 520 p. 23 em. – (coleção História).

ROCHA E. P. Os caminhos dos sertões são mais árduos para uma mulher. **Outros Tempos–Pesquisa em Foco-História**, v. 10, n. 15, p. 146-172, 2013.

ROCHA E. P. Vida de professora: ideias e aventuras de Leolinda de Figueiredo Daltro durante a Primeira República. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 8, n. 15, p. 29-47, 2016.